

-----Acta n.º 34-----

-----Aos cinco dias do mês de Dezembro de dois mil, pelas catorze horas e trinta minutos, nesta Cidade e Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Torres Vedras, conforme Edital número cento e cinquenta, barra, dois mil, de vinte e oito de Novembro do ano em curso, sob a presidência do Sr. Dr. Jacinto António Franco Leandro, estando presentes os Vereadores Srs.:-----

-----António Maria da Silva Ferreira Nunes.-----

-----Dr. Jorge Ralha Vieira Leitão.-----

-----Engenheiro João António Pistacchini Calhau.-----

-----Dr. Luís Filipe Natal Marques Santos.-----

-----José António do Vale Paulos.-----

-----Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

-----Engenheiro José Francisco Damas Antunes.-----

-----Dra. Isabel Maria Prior Pinheiro.-----

-----A reunião foi secretariada pelo Dr. Acácio Manuel Carvalhal Cunha, Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças.-----

-----Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

SERVÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – SÉTIMA ALTERAÇÃO À DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS – DOIS MIL:-----

-----Submete-se ao Executivo a sétima alteração à Demonstração Previsional de Resultados do ano dois mil, a qual decorre da necessidade de reforçar a rubrica sessenta e um – Custo das Mercadorias e Matérias Consumidas – Mercadorias, em catorze mil e quinhentos contos, por contrapartida da rubrica sessenta e dois – Fornecimento e Serviços Externos, em sequência do aumento do consumo de água à Empresa Portuguesa das Águas Livres, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração de cinco de Dezembro de dois mil.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

SERVÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – PRIMEIRA REVISÃO À DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS – DOIS MIL:-----

-----Submete-se ao Executivo a primeira revisão à Demonstração Previsional de Resultados referente ao ano dois mil, a qual surge na sequência da celebração do Protocolo entre os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e as Águas de Portugal, e por forma a permitir a assunção do subsídio à exploração (referente aos valores correspondentes à diminuição do preço da água – vinte e seis milhões e quinhentos mil escudos), concedido pelas Águas do Oeste, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em cinco de Dezembro de dois mil.-----

-----A Câmara, tudo visto, deliberou aprovar a primeira revisão à Demonstração Previsional de Resultados do ano dois mil.-----

-----Mais foi deliberado remeter o processo ao Órgão Deliberativo, atenta a sua competência própria prevista na alínea b) do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro.-----

OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA O ANO DOIS MIL E UM – PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA O ANO DOIS MIL E UM:-----

-----Submete-se à apreciação do Executivo a proposta dos documentos em título, elaborados nos termos do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, barra, oitenta e três, de vinte e um de Julho.-----

-----Anota-se que, das Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras para dois mil e um, constam expressamente os seguintes pedidos de autorizações diversas a apresentar à Assembleia Municipal, conforme se transcreve:-----

-----“*REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM ENCARGOS FINANCEIROS PARA ALÉM DE DOIS MIL E UM*-----

-----Para que a execução do Plano se desenvolva de modo expedito, solicita-se autorização para a realização de despesas respeitantes a contratos de empreitadas, de aquisição de bens e serviços e de locação financeira, nos casos em que os respectivos contratos originem ou venham a originar encargos financeiros para além de dois mil e um e em que, por consequência, os pagamentos decorrentes desses contratos venham a ser satisfeitos em gerências seguintes.”-----

-----“*EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS*-----

-----Visando a concretização de obras a levar a efeito pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal, as quais constam no respectivo Plano Plurianual de Investimentos, aprovado na reunião do Órgão Executivo, de vinte e oito de Novembro de dois mil, terá o Município que recorrer ao crédito, nomeadamente ao bonificado, no âmbito do Decreto-Lei número cento e quarenta e quatro, barra, dois mil, de quinze de Julho, assim:-----

-----Um – Empréstimos no âmbito das linhas de crédito destinadas ao financiamento complementar dos projectos de investimentos de natureza municipal e intermunicipal, aprovados no Quadro Comunitário de Apoio Dois Mil – Dois Mil e Seis:-----

-----*Designação do Projecto* – Estação de Tratamento de Águas Residuais – Ramalhal /Ameal – *Valor do Empréstimo* – trinta e nove mil, setecentos e cinquenta contos;-----

---*Designação do Projecto* – Saneamento das Zonas Periféricas da Cidade – *Valor do Empréstimo* – vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta contos;-----

---*Designação do Projecto* – Sistema de Elevação de Esgotos Casalinhos / Casas Novas – *Valor do*

Empréstimo – nove mil contos;-----
--*Designação do Projecto* – Sistema de Elevação de Esgotos Cerca / Caixeiros – *Valor do Empréstimo* – vinte seis mil contos;-----
----*Designação do Projecto* – Saneamento de Vila Facaia – *Valor do Empréstimo* – onze mil e quinhentos contos;-----
----*Designação do Projecto* – Saneamento de Aldeia Grande e Casais – *Valor do Empréstimo* – vinte e cinco mil contos;-----
----*Designação do Projecto* – Saneamento de Bombardeira / Valongo / Póvoa de Além e Outros – *Valor do Empréstimo* – trinta e dois mil e quinhentos contos;-----
----*Designação do Projecto* – Colector de Esgotos da Zona Industrial do Treze – *Valor do Empréstimo* – três mil, setecentos e cinquenta contos;-----
----*Designação do Projecto* – Saneamento do Carvalhal / Turcifal / Ponte do Rol e Outros – *Valor do Empréstimo* – setecentos e cinquenta contos;-----
----*Designação do Projecto* – Saneamento de Cambelas / Secarias / S. Pedro da Cadeira / Formigal / Coutada – *Valor do Empréstimo* – setecentos e cinquenta contos;-----
----*Designação do Projecto* – Abastecimento de Água às Zonas Periféricas da Cidade / Eixo Norte-Sul – Primeira e Segunda Fases – *Valor do Empréstimo* – cinquenta mil contos;-----
----*Total* – duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta contos.-----
----Dois – Empréstimos no âmbito do Regime Geral:-----
----*Designação do Projecto* – Água – *Valor do Empréstimo* – quarenta e nove mil e quinhentos contos;-----
----*Designação do Projecto* – Saneamento – *Valor do Empréstimo* – sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta contos;-----
----*Total* – cento e catorze mil, setecentos e cinquenta contos.”-----
----“*DERRAMA*-----
----Solicita-se autorização à Assembleia Municipal para criação de uma derrama para o ano dois mil e dois, destinada a reforçar a capacidade financeira.-----
----Esta derrama terá a taxa de dez por cento e incidirá sobre a colecta do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).”-----
----“*CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA*-----
----Propõe-se à Assembleia Municipal, de harmonia com o disposto no número um do artigo dezassete, do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois – C, barra, oitenta e oito, de trinta de Novembro, a fixação da taxa da Contribuição Autárquica em um por cento, prevista na alínea b) do número um do artigo dezasseis, do referido diploma legal, na sua actual redacção, para dois mil e um / dois mil e dois.”-----

-----“*APROVAÇÃO DE OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO DE INICIATIVA MUNICIPAL*-----

-----Solicita-se também autorização, ao abrigo dos princípios estabelecidos no Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito, barra, noventa e um, de vinte e nove de Novembro, e Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, barra, noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, para aprovação de operações de loteamento, nos casos em que essas operações não estejam abrangidas por Planos Municipais de Ordenamento do Território.”-----

-----“*DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA*-----

-----Solicita-se autorização à Assembleia Municipal para delegação de competências nas Juntas de Freguesia, ao abrigo do artigo sessenta e seis, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, no que respeita à concretização de projectos inscritos no Plano de Actividades e Orçamento, com a correspondente transferência de meios financeiros.”-----

-----“*APOIO ÀS FREGUESIAS*-----

-----Empenhados na promoção do bem estar e na qualidade de vida dos nossos concidadãos, continuamos apostados em proporcionar às Juntas de Freguesia os meios indispensáveis ao cabal desempenho das suas atribuições, tendo em consideração o disposto na alínea b) do número seis do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro.”-----

-----O Sr. Presidente começou por referir que a previsão do aumento de verbas é de cerca de dois por cento, portanto abaixo da taxa de inflação prevista.-----

-----Alertou para o reforço das transferências para as Juntas de Freguesia.-----

-----No que se refere às receitas, embora não haja grande desfasamento entre o previsto e o arrecadado, ainda há algumas falhas, que irão sendo colmatadas a pouco e pouco.-----

-----Deu nota de que todos os Sectores foram ouvidos na fase de preparação, quer do Orçamento, quer do Plano de Actividades, no sentido de se obter um Orçamento razoável, estabelecendo-se prioridades e assumindo decisões políticas, não sendo um orçamento eleitoralista.-----

-----Nem todas as verbas indicadas foram contempladas, mas haverá sempre alguma maleabilidade orçamental, de forma a que a Câmara possa vir a debruçar-se sobre qualquer situação imprevista.-----

-----Informou que a Câmara tem uma capacidade de endividamento até cento e seis mil contos, o que corresponde a um limite de financiamento superior a um milhão de contos.-----

-----O Sr. Vereador Engenheiro João António informou que fez uma análise global dos documentos e lamentou que os números não estejam agrupados. Citou o caso das despesas com pessoal, em que, para saber o valor total desta despesa, teve que fazer as contas, o que torna mais difícil a análise.-----

-----Disse ter feito a comparação com o Orçamento em vigor e, de facto, no ano passado a análise era mais fácil.-----

-----Prosseguiu referindo que as despesas correntes sobem dezasseis por cento, o investimento ou as

despesas de capital descem quatro por cento, ou seja, há um saldo negativo de vinte por cento, o que o leva a concluir que esta Câmara tem a preocupação de investir mais, mas não está no bom caminho, ou seja, gasta-se mais na gestão do dia-a-dia e menos no investimento.-----

----Lembrou que o Sr. Presidente referiu ter havido esforço, de modo a não inflacionar o orçamento.-----

----No entanto, relativamente ao ano passado, verifica-se que o Imposto sobre Veículo sobe trinta por cento, a Sisa sobe quarenta por cento, assim, ou a previsão do ano passado, ou a deste ano, não está correcta.-----

----Os impostos indirectos descem trinta por cento na sua globalidade, enquanto que as taxas de infraestruturas urbanísticas descem cinquenta por cento, o que o leva a concluir que não há credibilidade no Orçamento apresentado.-----

----Relativamente às transferências correntes, constata-se que as receitas correntes sobem dez por cento, ou seja, a Câmara está a receber mais dinheiro do Estado, o que é positivo.-----

----Verificou também que as despesas correntes sobem, enquanto que as despesas de capital descem.-----

----Disse que não está feita a correspondência entre o Orçamento e as Opções do Plano, o que dificulta a leitura dos números apresentados.-----

----Se se pretende que o Executivo faça uma análise séria destes documentos, terão que ser fornecidos os dados necessários e os resumos de cada sector são essenciais.-----

----Fez também notar que, no ano passado, a Câmara previu ir buscar à banca oitocentos mil contos para obras, enquanto que este ano prevê apenas duzentos mil contos. Tendo em conta que a Câmara e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento apresentam um saldo de tesouraria de um milhão de contos, demonstra-se que não há capacidade de investimento, por isso não é preciso recorrer à banca.-----

----Quanto ao Fundo de Coesão, referiu que, o ano passado, a Câmara recebeu trezentos e noventa e oito mil contos e, este ano, apenas receberá quarenta mil contos. A Câmara deveria ter estabelecido um critério interno razoável para distribuir esse dinheiro, o que não aconteceu.-----

----Continuou, referindo que os grandes investimentos nas Freguesias rurais são Jardins de Infância, mas essas obras também têm participação do Estado. A Câmara não está a fazer esforços para investir nessas Freguesias.-----

----No que se refere às despesas com pessoal, disse ter feito contas apenas a um Sector, concretamente a “Órgãos da Autarquia” e concluiu que se verifica um aumento de vinte e dois por cento, enquanto que o trabalho extraordinário sobe trinta e dois por cento e os contratos a prazo quarenta e três por cento. Há uma subida global de vinte e dois mil contos, o que, na sua opinião, não está correcto. As Câmaras terão que produzir mais com o mesmo número de pessoas, pois

existem melhores meios técnicos que ajudam a rentabilizar.-----

----Referiu que a Câmara está a gastar mais com pessoal mas, em contrapartida, as despesas de capital baixam quatro por cento.-----

----Quanto ao investimento e justificando o que considera falta de produtividade, citou o caso dos Jardins de Infância de Boavista (Silveira), Ponte do Rol, Boavista/Olheiros e A-dos-Cunhados que não foram iniciados. Citou ainda o caso do Cine-Teatro, da Pista de Atletismo de Paúl, do Plano de Salvaguarda de Santa Cruz, do Plano Director Municipal, que não está concluído, do Plano de Urbanização de Torres Vedras, da Iluminação Pública da Avenida da Liberdade, que só agora está em execução, da Resioeste, das Infraestruturas do Bairro da Infesta, do Posto de Turismo, dos Balneários de Santa Cruz, ou da Segunda Fase do Parque Regional de Exposições.-----

----Solicitou informação quanto ao valor já pago em adiantamentos das obras que referiu e que já foram iniciadas.-----

----Relativamente à rubrica “Construções, Estradas, Arruamentos e Vias Municipais”, salientou que a mesma deve ser discriminada, pois um valor de setecentos mil contos é uma verba muito avultada para ser apresentada em “bolo”.-----

----Assim, pediu que viesse a ser apresentada uma listagem de todos os pagamentos efectuados, por fornecedor, valor e obra, e quem são as firmas. Trata-se de uma verba muito significativa e que não está explicitada.-----

----Lamentou que, este ano, não tenha sido feita qualquer obra no Aeródromo. Considera que se trata de uma infraestrutura muito importante para o Concelho, onde já se gastou muito dinheiro, pelo que a Câmara terá que avançar para a requalificação daquele espaço.-----

Referiu ainda que há uma série de investimentos previstos para o ano dois mil, que não foram concretizados e agora estão previstos para o ano dois mil e um.-----

----A capacidade de execução da obra por parte da Câmara terá que ser substancialmente melhor pois, se continuar assim por mais dois anos, é um “descalbro.”-----

----Considerou impossível reduzir as despesas correntes, mas deveriam ser congeladas.-----

----Por último lamentou a falta de capacidade da Câmara para investir.-----

----O Sr. Presidente começou por declarar que a preocupação do Sr. Vereador Engenheiro João António, quanto à capacidade de execução da Câmara e a possibilidade de vir a ser um descabro, não tem razão de ser pois, como pode constatar, há aumento das receitas correntes.-----

----Lembrou que, cada vez, há mais competências delegadas nas Câmaras, o que se traduz num inevitável aumento das despesas correntes. Citou o caso da Educação, em que as Câmaras estão a ser confrontadas com novas competências, nomeadamente ao nível de equipamentos, pessoal auxiliar e transportes escolares, o que dá origem a um aumento da comparticipação da Administração Central.-----

----Também o apoio às Freguesias sofre um aumento de trinta mil contos.-----

-----No que se refere ao pessoal, o Sr. Presidente esclareceu que há uma grande preocupação em resolver o problema dos contratados, essencialmente ao nível do pessoal operário. Lembrou a dificuldade em admitir pessoal para os Cemitérios, a Recolha de Lixo ou para as Obras.-----

-----Quanto ao aumento de despesas correntes, referiu que o mesmo reflecte o assumir das responsabilidades inerentes à descentralização.-----

-----No que se refere à diminuição de investimentos, lembrou as causas que levaram ao atraso de obras como o Cine-Teatro e a recuperação dos Paços do Concelho.-----

-----Relativamente às obras dos Jardins de Infância, recordou que a participação da Administração Central é irrisória.-----

-----Referindo-se às verbas do Fundo de Coesão, esclareceu que tudo passa por alguma estratégia, como seja o caso das estradas que só são recuperadas se já tiverem o saneamento executado.-----

-----Disse não concordar com a afirmação de que os investimentos são em maior quantidade na Cidade do que nas restantes Freguesias, pois a mesma revela algum desconhecimento. Assim, esclareceu que, a nível das Freguesias rurais, tem sido feita uma recuperação global do Parque Escolar e zonas envolventes, criando Parques Desportivos.-----

-----O Sr. Vereador Engenheiro João António esclareceu que fez uma análise construtiva dos documentos. Entende que se as despesas subiram dezasseis por cento, deve ser exigido o correspondente aumento de produtividade.-----

-----As despesas correntes estão a subir mais do que as receitas correntes, o que demonstra uma grande discrepância.-----

-----Quanto ao saneamento, referiu que todas as zonas sul e as do interior do Concelho, ou seja, as mais carenciadas, ainda não dispõem dessa infraestrutura.-----

-----Referiu ainda que o Campo Verde da Várzea irá custar tanto como se transfere num ano para todas as Juntas das zonas rurais.-----

-----Relativamente à verba de setecentos mil contos para Obras Municipais, esclareceu que a sua intervenção traduziu-se numa auto-crítica pois, enquanto Vereador desconhece a que se destina aquela verba tão avultada.-----

-----Fez também um breve comentário à capacidade de endividamento da Câmara, referindo que, actualmente, a Autarquia tem mais dinheiro para investir do que capacidade para realizar e, na sua opinião, o que é importante é uma gestão correcta e atempada. Citou o caso da Divisão de Ordenamento do Território que, ultimamente, não tem produzido essencialmente por falta de planeamento. O Sr. Presidente da Câmara, enquanto responsável por aquela área, tem que planear e orientar, pois pode estar em causa a qualidade de vida do Concelho.-----

-----O Sr. Vereador Vale Paulos disse concordar com o Sr. Vereador Engenheiro João António, pois o desejável é o Concelho ser dotado de instrumentos de gestão urbanística. No entanto, lembrou que

a Divisão de Ordenamento do Território está a trabalhar exclusivamente no planeamento, concretamente, está a elaborar a revisão do Plano Director Municipal, tem que fornecer todos os elementos às empresas que estão a elaborar os outros Planos, para além de esclarecer muitas dúvidas, mas esse trabalho, embora moroso, não é visível.-----

----O único trabalho visível é, de facto, a revisão do Plano Director Municipal, que está a ser tratada como um novo Plano e adaptado às novas tecnologias.-----

----Considerou injusta a afirmação de que os técnicos não produzem.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro João António afirmou que a Câmara tem bons técnicos e competentes, mas isso não chega. Não pretendeu criticar os técnicos, pois até fica surpreendido com a capacidade dos mesmos, mas para que produzam é preciso haver coordenação, boa gestão e controlo.-----

----O Sr. Presidente, reportando-se à alusão feita ao aumento de despesas com pessoal e a pouca produtividade, lembrou que se trata também de legalizar muitas situações de contratados que não podem continuar.-----

----Referiu que a Câmara ainda está aquém dos limites previstos para despesas com pessoal.-----

----Esclareceu que a Câmara tem que reforçar os quadros técnicos e as chefias. Há ainda áreas em que o pessoal é escasso, nomeadamente no Sector de Cemitérios e Higiene Pública. Por outro lado, lembrou que reduzir o quadro não é solução, pois isso fará aumentar as horas extraordinárias.-----

----Concluiu declarando que também defende a redução de pessoal e o aumento de produtividade.---

----O Sr. Vereador Caetano Dinis começou por referir que muitas das questões que pretendia apresentar já foram colocadas e esclarecidas.-----

----No entanto, frisou que as Opções do Plano, tal como o nome indica, não é mais do que um conjunto de intenções que quem o elaborou pretende levar a efeito no próximo ano e, por isso, mesmo a proposta apresentada surpreendeu-o, pois o ano era propício à apresentação de um Plano mais ambicioso.-----

----Disse ter entendido a explicação dada pelo Sr. Presidente, mas provavelmente o ímpeto eleitoralista terá sido travado por questões técnicas.-----

----Disse ainda ter ficado surpreendido pelo facto de o Plano apenas apresentar uma obra nova, ou seja, a variante Paúl / Fonte Grada, todas as outras são do Plano anterior.-----

-----Relativamente à proposta que, em devido tempo, apresentou para o Sector de Abastecimento Público, disse ter ficado decepcionado, uma vez que só constam projectos e uma rubrica de cem mil escudos para aquisição de terrenos.-----

----Lembrou que a construção de um novo Mercado Coberto é fundamental, tendo em conta a legislação comunitária e as questões de higiene pública.-----

----Questionou se os prédios junto à Rua Cândido dos Reis já foram todos adquiridos, pois não lhe

parece correcto que a Câmara avance com um novo projecto, deixando ali ficar aqueles “mamarrachos”.

----O Sr. Presidente esclareceu que o projecto irá ser desenvolvido para todo o quarteirão, pelo que os promotores terão que se sujeitar ao que for aprovado pela Câmara.

----Informou que estão em fase de elaboração os documentos base para abertura do concurso, pelo que em breve o mesmo será lançado.

----Voltou a intervir o Sr. Vereador Caetano Dinis, lembrando que já solicitou em Março a pintura do Mercado e ainda nada foi feito, o que prova a falta de produtividade da Câmara.

----Concluiu, afirmando não estar satisfeito com o Plano apresentado, onde apenas consta uma obra nova na Cidade, enquanto que para as Freguesias as verbas são apenas destinadas à educação, cultura, desporto, tempos livres e alcatrão.

----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes declarou não pretender discutir as Opções do Plano, no entanto referiu que verbas tão reduzidas como a de aquisição de terrenos, a escola de trânsito, a requalificação de Santa Cruz, e outras demonstram que não há intenções de concretizar esses objectivos.

----O Sr. Presidente esclareceu que essas rubricas foram abertas porque se surgir a oportunidade, a Câmara poderá sempre avançar, fazendo as necessárias alterações orçamentais. É o caso da aquisição de terrenos ou da construção de Piscinas. Trata-se de acautelar a possibilidade de haver iniciativas nessas áreas.

----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes, em resposta, lembrou que a Primeira Alteração Orçamental que ocorreu logo no início do ano, é bem significativa de que nunca é apresentado um Plano de Actividades que vá de encontro àquilo que se pretende.

----Disse concordar com o Sr. Vereador Engenheiro João António no que se refere à necessidade de a verba destinada às obras municipais vir descrita com algum pormenor.

----O Sr. Presidente esclareceu que é tudo uma questão de gestão, pois nos arruamentos está a ser feito um trabalho de coordenação com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e as próprias Juntas de Freguesia, de modo a ser tratada toda a rede viária municipal.

----O Sr. Vereador Ferreira Nunes declarou, desde logo, que não se iria deter em detalhes, mas solicitou autorização para sublinhar e enaltecer a forma curial como o debate deste assunto tem decorrido. Afirmou que este é um “filme que se vê todos os anos”, enquanto que os Srs. Vereadores da oposição destacam os pontos fracos da gestão camarária, o Sr. Presidente, com alguma boa vontade, contrapõe com pontos fortes, mas todos funcionam no sentido do prémio e do castigo.

----Referiu que os torrienses têm como prémio ser gente extraordinária, laboriosa, poupada, receptiva a quem se pretende instalar, notando-se alguma transformação a nível do Concelho, devido à evolução da rede viária, ao crescimento e ao seu desenvolvimento.

-----Relativamente ao prémio castigo, entende que, para si, foi um prémio ter tido a oportunidade de estar ao serviço da comunidade há cerca de quatro anos. Não foi o responsável pela discussão do Orçamento e do Plano para mil novecentos e noventa e oito e, portanto, o Mandato foi iniciado com estes documentos já aprovados.-----

-----Referiu que seria um prémio poder servir a comunidade, poder cooperar na vida pública, mas também foi um castigo porque as coisas não são fáceis, pois a máquina administrativa é de difícil movimentação, vão-se encontrando alguns bodes expiatórios, mas não vale a pena porque é igual em todos os lados. Não se deve esquecer que a gestão de qualquer coisa terá que ter em conta os recursos financeiros e humanos.-----

-----Declarou que, para si, foi um prémio a oportunidade que lhe foi dada, mas foi também um castigo, dado que participou na gestão da sua terra e do seu Concelho, mas pode concluir que, pela Câmara e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em quatro anos, fluíram cerca de trinta milhões de contos, mas, com excepção de duas ou três obras de significativo relevo, tais como a Avenida Poente, o Parque Verde da Várzea e, ao nível das Freguesias, alguns alcatroamentos, nada mais foi concretizado.-----

-----Reafirmou que a análise aos documentos é um filme repetido, pelo que não vale a pena escarpelizar os números, que não são muito diferentes de ano para ano.-----

-----Concluiu que os anos passam, as gerações vão surgindo, há boa vontade, mas isso não chega. Todos os anos se repete o atraso na entrega dos documentos, todos os anos se diz que os dados não estão escarpelizados e que é difícil comparar.-----

-----Declarou que, na sua opinião, é realmente difícil ultrapassar algumas situações, pois o trabalho autárquico é, de facto, nalguns casos, intransponível, tornando difícil fazer obra, o que para si se traduz numa derrota pessoal.-----

-----Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente submeteu os documentos à votação, tendo-se registado o seguinte resultado.-----

-----**Opcões do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras para o Ano Dois Mil e Um** – cinco votos a favor, do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Jorge Ralha, Dr. Natal Marques, Vale Paulos e Dra. Isabel Pinheiro, todos eleitos pelo Partido Socialista, três votos contra dos Srs. Vereadores António Ferreira Nunes, Engenheiro João António Pistacchini e Engenheiro Damas Antunes, eleitos pelo Partido Social Democrata, e uma abstenção do Sr. Vereador Caetano Dinis, eleito pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----**Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras para o Ano Dois Mil e Um** – cinco votos a favor, do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Jorge Ralha, Dr. Natal Marques, Vale Paulos e Dra. Isabel Pinheiro, todos eleitos pelo Partido Socialista, três votos contra dos Srs. Vereadores António Ferreira Nunes, Engenheiro João António Pistacchini e Engenheiro Damas Antunes, eleitos

pelo Partido Social Democrata, e uma abstenção do Sr. Vereador Caetano Dinis, eleito pela Coligação Democrática Unitária.-----

----A Câmara deliberou aprovar, por maioria, as Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras para o ano dois mil e um.-----

----Anota-se que o Orçamento apresenta, quer em receita, quer em despesa, o valor de sete biliões, cento e três milhões, trezentos e dois mil, setecentos e oitenta e cinco escudos.-----

----Mais foi resolvido submeter os documentos em apreço à Assembleia Municipal, a fim de se tornarem definitivos e executórios, após o que irão ficar arquivados em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

----O Sr. Presidente apresentou ao Executivo a proposta de alteração ao Quadro de Pessoal em vigor, dando nota de que, em breve, será também apresentada proposta de uma nova orgânica.-----

----Informou que os lugares a criar são essencialmente para resolver situações de pessoas contratadas.-----

----O Sr. Vereador Caetano Dinis questionou se está feita a inventariação do local onde estão colocadas as pessoas, ou seja, se a categoria está adaptada à função que cada funcionário exerce. Esclareceu que esta questão surge, dado que, no Mercado Municipal, estão colocados alguns coveiros.-----

----O Sr. Presidente informou que todas as situações estão inventariadas e, no âmbito da nova orgânica, será estudada a hipótese de reclassificação, de acordo com as tarefas desempenhadas por cada um.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro João António considerou que onze pessoas na Biblioteca é significativo, pelo que questiona se, de facto, é necessário este número de funcionários.-----

----O Sr. Vereador Dr. Jorge Ralha informou que a Biblioteca está a funcionar em horário alargado, está instalada em dois pisos, para além de dispor de seis valências.-----

----Por outro lado, está a ser estudada a hipótese de abertura ao Sábado de manhã e um dia à noite.--

----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes, não pretendendo criar obstáculos à proposta de quadro apresentada, colocou a dúvida se será melhor ir aumentando o quadro ou recorrer a serviços exteriores.-----

----O Sr. Presidente disse que também teve essa dúvida relativamente a arranjos de zonas verdes ou recolha de lixo.-----

----A Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro esclareceu que o processo de concessão do serviço de Higiene Pública é muito moroso.-----

----O caso do Sector de Parques e Jardins é mais simples, por isso está praticamente preparado o lançamento da concessão a uma empresa privada.-----

-----A Câmara, tudo visto e conhecedora das Leis que regem esta matéria, deliberou, por maioria de seis votos a favor, do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Jorge Ralha, Dr. Natal Marques, Vale Paulos, Dra. Isabel Pinheiro, todos eleitos pelo Partido Socialista, e do Sr. Vereador Caetano Dinis, eleito pela Coligação Democrática Unitária, e três abstenções dos Srs. Vereadores António Ferreira Nunes, Engenheiro João António Pistacchini e Engenheiro Damas Antunes, todos eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Mais foi resolvido submeter o mesmo à aprovação por parte da Assembleia Municipal, a fim de se tornar definitivo e executório, após o que será arquivado em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

DELIBERAÇÕES:-----

-----Todas as deliberações tomadas nesta reunião foram aprovadas por unanimidade, excepto as que respeitam a “Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras para o Ano Dois Mil e Um – Proposta de Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras para o Ano Dois Mil e Um”, que foram aprovadas por maioria de cinco votos a favor, três votos contra e uma abstenção respectivamente; e “Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras”, que foi aprovada por maioria de seis votos a favor e três abstenções, conforme consta das respectivas deliberações.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES INTEGRANTES DESTA ACTA A FIM DE PRODUZIREM EFEITOS IMEDIATOS:-----

-----Todas as deliberações integrantes da presente acta foram aprovadas em minuta.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Às dezoito horas e cinquenta minutos e como não houvesse mais nada a tratar foi encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e pelo Sr. Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças, Dr. Acácio Manuel Carvalho Cunha, ao abrigo do Despacho número mil, seiscentos e sessenta e três, de três de Fevereiro de dois mil.-----
